

RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.395 - SP (2013/0339789-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : TAM TÁXI AÉREO MARÍLIA S/A - MICROEMPRESA
ADVOGADOS : RENATO LUIZ DE MACEDO MANGE - SP035585
WALTER VIEIRA FILHO E OUTRO(S) - SP148417
RECORRIDO : VELOZ TÁXI AÉREO LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO : ALFREDO LUIZ KUGELMAS E OUTRO(S) - SP015335

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. FALÊNCIA. ALIENAÇÃO DE COISA LITIGIOSA APÓS A DECRETAÇÃO DE QUEBRA. IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE INEFICÁCIA DA VENDA INCIDENTALMENTE NA FALÊNCIA. NECESSIDADE DE DISCUSSÃO EM SEDE DE AÇÃO REVOCATÓRIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. *"A declaração de ineficácia de determinado ato jurídico perante a massa falida, no regime da legislação falimentar já revogada, esteja ele enquadrado no art. 52 ou no art. 53 do Decreto-Lei nº 7.661/1945, deve ser buscada por meio da ação revocatória. Precedentes."* (REsp 1745647/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 08/10/2018)

2. Recurso especial provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por TAM TÁXI AÉREO MARÍLIA S/A - MICROEMPRESA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - INOCORRÊNCIA - Exarada a decisão ao feito legal, entregando a prestação jurisdicional pleiteada e remetendo aos fundamentos conducentes à formação do convencimento de seu douto julgador, inexistente afronta às disposições contidas no art. 93 da CF - Preliminar rejeitada.

FALÊNCIA - EXTENSÃO DOS EFEITOS ÀS EMPRESAS COLIGADAS - DESNECESSIDADE DE AÇÃO AUTÔNOMA - Rediscussão de matéria já apreciada - Impossibilidade - Não conhecido.
ALIENAÇÃO DE COISA LITIGIOSA - Ineficácia da venda em relação aos litigantes - Decisão mantida - Recurso conhecido só em parte, e na parte conhecida, desprovido.

Em suas razões recursais, aponta a recorrente ofensa aos arts. 52, VII, e 55,

parágrafo único, I e III, "b" do Decreto-Lei n. 7.661/45, bem como dissídio jurisprudencial.

Aduz que o Tribunal *a quo* reconheceu a ineficácia da venda de duas aeronaves realizada por VELOZ TÁXI AÉREO LTDA - MASSA FALIDA, após a decretação de sua quebra, com base no art. 52, VII, do Decreto-Lei n. 7.661/45, todavia, tal reconhecimento ocorreu nos autos da própria falência. Contudo, defende que para a declaração de ineficácia da venda em questão, seria indispensável o ajuizamento de ação revocatória.

A recorrida apresentou contrarrazões ao recurso especial (fls. 369/378).

Após crivo negativo de admissibilidade na origem (fls. 413/414), o feito foi submetido à apreciação desta Corte por meio do AREsp n. 411.443/SP, ao qual foi dado provimento e convertido no presente recurso especial (fl. 462).

Decido.

2. A irresignação merece ser acolhida.

O Tribunal de origem consigna a ineficácia da venda de duas aeronaves celebrada entre as partes, tendo em vista que, embora o negócio jurídico tenha sido realizado dentro do período em que a Massa Falida recorria havia retomado a administração e disponibilidade de seus bens por decisão judicial, mostrou-se incontornável a pré-existência do procedimento que objetivava a extensão da falência da GARAVELO à recorrida.

A propósito, colho o seguinte excerto do acórdão recorrido:

"(...) Ainda que as agravantes tenham transacionado duas aeronaves em período que, a princípio, o v. acórdão regional havia reconhecido a nulidade da decisão singular que estendera os efeitos da falência à empresa Veloz Táxi Aéreo (fls. 53/55), inegável reconhecer que os bens objeto de transação, já se constituíam em coisa litigiosa entre as partes agravantes.

Lado outro, quem vende e adquire a coisa litigiosa, está sujeito ao resultado do processo eventualmente contrário aos seus interesses.

Nos serve de paradigma, o Acórdão extraído do repositório do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LIQUIDO E CERTO. INEXISTÊNCIA. COISA JULGADA MATERIAL. ALIENAÇÃO DE COISA LITIGIOSA. CANCELAMENTO DE REGISTRO DE IMÓVEL. (..) 2. De regra, a alienação de coisa litigiosa é ineficaz. Não há nulidade, porquanto a coisa pode ser alienada, nem anulabilidade, porque não se exige ação para desconstituir o ato. Há mera ineficácia em relação aos litigantes. (..) (RMS 17713/AC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 23/09/2008, DJe 28/10/2008)

Acrescente-se a isso, os dizeres do Órgão Ministerial:

'Embora as vendas se realizaram dentro do período em que, em princípio, a Veloz teria retomado a administração e disponibilidade dos seus bens, a ela mostrou-se incontornável a pré-existência do procedimento que objetivava a extensão da falência da Garavelo. Como as vendas ocorreram no curso desse procedimento, lícito concluir que feitas em fraude de execução.

Pior, fraude de execução coletiva (pedido de falência por extensão), uma vez que a falência está voltada para a arrecadação de bens para compor o ativo e liquidar o passivo.' (fls. 234)

Alie-se como forte elemento de convicção, o disposto no artigo 40 do Decreto-lei nº. 7.661/45, mantido pelo artigo 108 da Lei nº 11.101/05, pelo qual, 'desde o momento da abertura da falência, ou da decretação do sequestro o devedor perde o direito de administrar os seus bens e deles dispor.'

Quer dizer com isso, que a alienação das aeronaves havida entre as agravantes, é ineficaz perante a Massa Falida." (fls. 260/262) - g.n.

Ao apreciar os embargos de declaração a Corte *a quo* acrescentou que era **despicienda a propositura de ação revocatória**, dada a conhecida e inafastável ineficácia do negócio jurídico (venda).

Confira-se trecho do aresto que julgou os aclaratórios:

"(...) A tese que sustenta a possibilidade de alienação do ativo imobilizado durante o período em que os efeitos da falência se encontravam suspensos foi rejeitada, especialmente porque o Acórdão do Superior Tribunal de Justiça restaurou os efeitos da extensão da falência. Ao assim determinar, alcançou os atos pretéritos, podendo-se afirmar dotado de efeito *ex tunc*, como reconhecido na declaração de voto do e. Des. Francisco Loureiro, a complementar o voto condutor (fis. 256).

Nessa senda, dispensável qualquer análise de argumentos lastreado no Acórdão proferido em 1997 que decretou a nulidade absoluta da falência da Veloz, posto que modificado pela Corte Superior.

Aliás, a declaração de voto convergente de relatoria do e. Des. Paulo Alcides a integrar o Aresto, invocou a incidência de regramento processual suficiente a afastar a tese combatida, insculpido no art. 42, § 3º, do CPC.

Logo, diante da conhecida e inafastável ineficácia do negócio em relação à Massa Falida, era mesmo despicienda a propositura da ação revocatória, bem como desnecessário em caso, esmiuçar detalhadamente cada disposição na qual se funda a tese arredada." (fls. 289/290) - g.n.

3.1 Todavia, entendo que melhor sorte assiste à recorrente.

De fato, o acórdão recorrido está em dissonância com o entendimento firmado neste Tribunal Superior, ao considerar "despicienda" a ação revocatória para a

declaração de ineficácia da venda de duas aeronaves em relação à Massa Falida, após o termo legal, sendo possível a declaração de ineficácia nos autos da própria falência.

Contudo, de acordo com o pacífica jurisprudência do STJ, nesta hipótese, é indispensável o **ajuizamento de ação revocatória** para a declaração de ineficácia de determinado negócio jurídico perante a Massa Falida, pois, na vigência do Decreto-Lei n. 7.661/45, somente nesta via é que serão garantidos o devido processo legal e o contraditório.

Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. AUTOFALÊNCIA. PERMUTA DE IMÓVEIS. INEFICÁCIA EM RELAÇÃO À MASSA FALIDA. ARTS. 52 E 53 DO DECRETO-LEI Nº 7.661/1945. AÇÃO REVOCATÓRIA. NECESSIDADE. PAR CONDITIO CREDITORUM. PRESERVAÇÃO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Hipótese em que o Tribunal local, em agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória proferida nos próprios autos da falência, reconheceu a ineficácia, perante a massa falida, de ato de permuta praticado pela falida durante o período considerado suspeito, e por também entender caracterizada a fraude contra credores.

3. A declaração de ineficácia de determinado ato jurídico perante a massa falida, no regime da legislação falimentar já revogada, esteja ele enquadrado no art. 52 ou no art. 53 do Decreto-Lei nº 7.661/1945, deve ser buscada por meio da ação revocatória. Precedentes.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (REsp 1745647/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 08/10/2018) - g.n.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E FALIMENTAR. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. FALÊNCIA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DETERMINANDO O CANCELAMENTO DOS ATOS DA MATRÍCULA DE BEM IMÓVEL. IMPOSSIBILIDADE. ARREMATAÇÃO REALIZADA EM PROCESSO TRABALHISTA APÓS A DECRETAÇÃO DA QUEBRA. OFENSA AO ART. 52 DO DECRETO-LEI Nº 7.661/45. PLENA EFICÁCIA DA VENDA JUDICIAL. RECURSO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC ao caso ante os termos do Enunciado nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A arrematação é ato de alienação coativa, que prescinde da

participação do devedor, realizando-se mesmo contra a sua vontade, constituindo modalidade de expropriação. Desse modo, a ineficácia do ato de transferência de propriedade, elencados no art. 52, VII e VIII do Decreto-Lei nº 7.661/45 não abrange a hipótese de arrematação, negócio jurídico celebrado entre o Estado e o adquirente, respeitado o devido processo legal. Precedentes.

3. A ação revocatória prevista no Decreto-lei nº 7.661/1945 é necessária tanto para atacar e revogar os atos praticados pelo falido e discriminados no seu art. 52, como os atos fraudulentos previstos no seu art. 53, não podendo se falar em decretação da ineficácia da alienação judicial por simples decisão interlocutória no juízo da falência. Precedentes.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1662359/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017) - g.n.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL PELA CONCORDATÁRIA SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. DECRETO-LEI N. 7.661/45. DECLARAÇÃO DE INEFICÁCIA. AÇÃO REVOCATÓRIA. NECESSIDADE. PRECEDENTES DA CORTE.

1. Deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil se a questão trazida à discussão foi dirimida, pelo Tribunal de origem, de forma suficiente e fundamentada.

2. A declaração de ineficácia da alienação de imóvel efetuada durante o período de concordata, ainda que sem autorização judicial, na vigência do Decreto-lei 7.661/45, somente pode ser efetivada na via revocatória.

3. Agravo interno provido.

(AgRg no AREsp 178.811/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 26/05/2017)

Portanto, o recurso especial merece ser acolhido por afronta aos arts. 52 e 55 do Decreto-Lei n. 7.661/45, tendo em vista a imprescindibilidade da ação revocatória para se reconhecer a ineficácia da venda das aeronaves, perante a massa falida ora recorrida.

4. Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de anular a decisão que reconheceu a ineficácia da venda das aeronaves.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
Relator